



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 0002/2016

“AQUISIÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO) NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CONFORME LEI N° 2.530 DO DIA 17 DE MAIO DE 2016.”

O Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, n° 1.435, Centro, CEP 89.670-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, informa que realizará licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo de **MENOR PREÇO**, objetivando a aquisição de imóvel (terreno) na ÁREA URBANA ou de abrangência urbana do Município de Catanduvas conforme Lei n° 2.530 do dia 17 de Maio de 2016, cujas especificações detalhadas encontram-se no Capítulo I deste Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Complementar Federal n° 123/2006, Lei municipal n° 2.530/2016, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 15 de julho 2016;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 08 julho de 2016;
- Início da Sessão Pública da Concorrência: às 13h45min do dia 15 de julho 2016.

As dúvidas pertinentes a esta licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: (49) 3525-1144. Ramal: 229.
- E-mail: licitacao@catanduvas.sc.gov.br
- Endereço: Rua Felipe Schmidt, n° 1435, Centro, Catanduvas, SC. CEP n.º 89.670-000.

CAPITULO I - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta licitação a aquisição de imóvel (terreno) na ÁREA URBANA ou de abrangência urbana do Município de Catanduvas conforme Lei municipal n° 2.530, de 17 de Maio de 2016.

1.2 O imóvel será adquirido mediante perfeitas condições físicas e documentais, de conservação, ocupação e de titulação. As áreas e dimensões do imóvel, constantes no Anexo I deste Edital, são de caráter primário, ficando permitido ao Município adquirente exigir complemento de área, indenização ou rescisão do negócio, caso se constate que as áreas ou dimensões do imóvel não coincidam com aquelas que forem encontradas fisicamente.

1.3 Correrão por conta do Município, as despesas decorrentes da elaboração da Escritura Pública definitiva e seu registro.

1.4 Tratando-se de imóvel que necessite de desmembramento, remembramento, retificação (inclusive medições, mapas, memoriais descritivos, Anotações de Responsabilidade Técnica [ART]), averbação de construção ou demolição e tudo mais necessário à legalização do imóvel (edificações, benfeitorias e terreno), todas as despesas decorrentes desta, junto ao Cartório Imobiliário, correrão por conta do proponente.

1.5 Tratando-se de imóvel ocupado por invasor será de responsabilidade do proponente todo o ônus decorrente da desocupação, assim como as despesas porventura decorrentes de indenização por acessões, benfeitorias e à imissão de posse, eis que o imóvel deverá estar totalmente livre, já no momento da apresentação de sua proposta.

1.6 São também de responsabilidade do proponente os débitos apurados junto ao INSS, relativos aos imóveis construídos, demolidos, reformas ou com construções em andamento, não averbadas no cartório de imóveis competente.

1.7 Se o município verificar que o imóvel não tem as condições oferecidas, esta situação será considerada como argumento ou razão válida para pleitos, reclamações ou indenizações.



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

CAPITULO II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, qualificação, constantes neste Edital e seus anexos, e das disposições constantes na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

2.2 Não poderá participar desta Concorrência a pessoa:

2.2.1 Jurídica:

- a) Sob recuperação judicial, falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- b) Sem registro no País (estrangeiras que não funcionam no País);
- c) Constituídas em regime de consórcio;
- d) Declaradas inidôneas por qualquer órgão público;
- e) Suspensa do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

2.3 Caso se constate a ocorrência das situações impeditivas acima indicadas, ainda que *a posteriori*, a licitante será inabilitada, desclassificada ou terá revogado o negócio jurídico havido com o Município, dependendo do caso, ficando incurso, juntamente com seus representantes, nas sanções previstas no art. 90 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

2.4 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.5 Para se manifestar nas fases deste procedimento licitatório as participantes poderão se credenciar (pessoa física) ou credenciar um representante (pessoa jurídica):

2.5.1 Se administrador da pessoa jurídica, mediante apresentação de cópia do ato constitutivo ou documento de nomeação ou eleição e documento de identidade;

2.5.2 Se terceiro, mediante instrumento público de procuração ou por procuração particular, esta com reconhecimento de firma e documento de identidade.

2.6 Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma proponente.

2.7 O não credenciamento do representante impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela proponente, sem prejuízo do direito de oferecimento dos documentos de habilitação e proposta.

2.8 Até a data da abertura dos envelopes, mediante juntada dos documentos previstos neste artigo, poderá haver substituição do representante junto ao processo licitatório.

2.9 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007 e/ou declaração de enquadramento, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

2.9 A abertura dos envelopes com os documentos e propostas acontecerá às 13h45min do dia 15 de julho 2016, pela Comissão Permanente de Licitações, com qualquer número de representantes dos proponentes presentes no ato.

2.10 Somente serão abertas as propostas das proponentes que apresentarem todos os documentos solicitados no edital, sendo devolvidos aos proponentes inabilitados os envelopes de proposta lacrados.

2.11 Havendo recurso, as partes serão notificadas para abertura das propostas em nova data a ser designada.

2.12 Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

aceito pela Comissão.

2.13 Todas as pessoas que pretendem participar da presente licitação deverão apresentar os documentos descritos no item “habilitação”.

CAPÍTULO III - HABILITAÇÃO

3.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

- **Envelope n.º 2 – Habilitação**
- **Departamento de Licitações do Município de Catanduvas – SC**
- **Processo Licitatório n.º 0064/2016 – Concorrência n.º 0002/2016**
- **Nome da empresa e telefone para contato**

3.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas.

3.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

3.3.1 Pessoa física: (obs.: se o proponente for casado, apresentar também a documentação do cônjuge)

a – Cédula de identidade;

b – CPF;

c – Certidão de nascimento ou Certidão de casamento (conforme o caso);

d – Comprovante de endereço (conta de luz, água, telefone, internet...);

e - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, estadual e Municipal;

f – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g – Certidões Negativas da Justiça Federal da 4ª região: (i) fins gerais 1º grau (cível, contemplando Ações e Execuções Cíveis e Fiscais); (ii) fins gerais 1º grau (criminal, contemplando Ações Criminais, Execuções Penais, e Medidas de Sequestro e Arresto Criminal); (iii) eleitoral (1º grau, contemplando Execuções Penais, Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa, Ações populares, e Recursos Criminais dos Juizados Especiais Federais); (iv) eleitoral (TRF, contemplando Ações Penais, Ações De Crimes Ambientais, Ações Cíveis Públicas De Improbidade Administrativa, Ações Populares Originárias Do Tribunal, Apelações Criminais E Embargos Infringentes E De Nulidade);

h – Certidões Negativas da Justiça Estadual do Estado de Santa Catarina;

i - Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), assinada por representante legal da empresa;

j – Certidão Imobiliária de propriedade com negativa de ônus e ações reipersecutórias, atualizada, emitida em no máximo 30 (trinta) dias, pelo Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas/SC, relacionada à Matrícula Imobiliária, em nome do proponente;

k – Certidão Negativa de Protestos emitida pelo Tabelionato de Notas de domicílio do proponente.

3.3.2 Pessoa jurídica:

a - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

b - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;

d - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

e - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;.

f - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, INSS, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei;

h – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

i – Certidões Negativas da Justiça Federal da 4ª região: (i) fins gerais 1º grau (cível, contemplando Ações e Execuções Cíveis e Fiscais); (ii) fins gerais 1º grau (criminal, contemplando Ações Criminais, Execuções Penais, e Medidas de Sequestro e Arresto Criminal); (iii) eleitoral (1º grau, contemplando Execuções Penais, Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa, Ações populares, e Recursos Criminais dos Juizados Especiais Federais); (iv) eleitoral (TRF, contemplando Ações Penais, Ações De Crimes Ambientais, Ações Cíveis Públicas De Improbidade Administrativa, Ações Populares Originárias Do Tribunal, Apelações Criminais E Embargos Infringentes E De Nulidade);

j - Certidões Negativas da Justiça Estadual do Estado de Santa Catarina;

k - Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante legal da empresa;

l - Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), assinada por representante legal da empresa – modelo do Anexo 4;

m – Certidão Imobiliária de propriedade com negativa de ônus e ações reipersecutórias, atualizada, emitida em no máximo 30 (trinta) dias, pelo Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas/SC, relacionada à Matrícula Imobiliária, em nome do proponente;

n – Certidão Negativa de Protestos emitida pelo Tabelionato de Notas da sede do proponente.

CAPÍTULO IV – PROPOSTA

4.1 No envelope deverão constar os seguintes dizeres:

- **Envelope nº 1 – Proposta**
- **Departamento de Licitações do Município de Catanduvas – SC**
- **Processo Licitatório n.º 0064/2016 – Concorrência n.º 0002/2016**
- **Nome da empresa e telefone para contato**

4.2 O envelope deverá conter a proposta propriamente dita, datilografada ou impressa por processo eletrônico, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

4.2.1 Local, data, assinatura e identificação do licitante;

4.2.2 Identificação do imóvel, bem como o valor, já incluídos todos os componentes de custos

4.2.3 Declaração de que cumpre os requisitos obrigatórios e não possui restrições com relação ao imóvel que está ofertando;

4.2.4 Mapa e Memorial Descritivo simplificado para identificação do imóvel ofertado;

4.2.5 Que o prazo de validade da proposta deve ser igual ou superior a sessenta (60) dias.

4.3 As propostas, depois de entregues, serão irretroatáveis e irrenunciáveis.

CAPÍTULO V – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a COMISSÃO receberá os ENVELOPES nº 1 e nº 2, devidamente fechados e indevassáveis.

5.1.1 O preposto de qualquer das licitantes, para que possa em nome dela manifestar-se, deverá apresentar procuração específica, com poderes para receber intimações, interpor recursos e desistir de sua interposição, a qual fará parte do processo e deverá estar assinada por pessoa com poderes para tanto conforme contrato social, bem como com firma reconhecida.



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

5.2 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

5.3 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes e a COMISSÃO, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando, e notificando acerca da nova data e horário em que voltará a reunir-se.

5.3.1 Com base nos documentos apresentados, a Comissão inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no Edital, ou fazê-lo de maneira incompleta ou incorreta, em desacordo com este Edital, ou com validade vencida ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

5.3.2 A proponente inabilitada ficará impedida de participar da etapa subsequente do procedimento licitatório.

5.4 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, serão rubricados pelos membros da COMISSÃO e Licitantes presentes, ficando em poder da COMISSÃO até que seja julgada a habilitação.

5.5 A COMISSÃO manterá em seu poder as propostas dos licitantes inabilitados, com os envelopes fechados e devidamente rubricados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada por todos os licitantes, as mesmas serão devolvidas aos licitantes inabilitados, mediante recibo. Caso não sejam retirados no prazo de trinta (30) dias do trânsito em julgado administrativo, os envelopes serão inutilizados.

5.6 Em não havendo licitante inabilitado ou havendo expressa manifestação de vontade quanto a não interposição de recurso por parte destes, proceder-se-á na imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pelos membros da Comissão e representantes presentes.

5.7 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas.

5.8 Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes, as impugnações feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, reservando-se, porém, a COMISSÃO, o direito de levá-las ou não em consideração, devendo as atas serem assinadas pelos seus membros e por todos os licitantes presentes.

CAPÍTULO VI - CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 As propostas dos licitantes habilitados, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital, serão julgadas pela modalidade de MENOR PREÇO (art. 45, inciso I da Lei de Licitações) para o município, sendo considerado o valor da proposta financeira cotada pelos licitantes, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços previstos no item seguinte.

6.2 Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências deste edital;
- b) que apresentarem preço maior ao orçado, assim considerado quando o valor for superior a R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil)

6.3 A Comissão Permanente de Licitações procederá ao exame e julgamento das Propostas Comerciais das Licitantes habilitadas, qualificando vencedora a Proposta de menor preço e que atenda na íntegra todas as exigências do presente edital, sendo lavrada pela Comissão Permanente de Licitações, ata de todos os atos praticados e decisões tomadas.

6.4 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação, a seu critério, poderá declarar a nulidade do processo licitatório ou fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas do vício que lhe deu causa.

6.5 No caso de empate entre duas ou mais propostas, aplicar-se-á os pressupostos contidos no artigo 3º, §2º da Lei nº 8.666/93. Permanecendo o empate, far-se-á a classificação com sorteio na forma estatuída no artigo 45 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

6.6 A critério da Comissão Permanente de Licitação, não serão considerados motivos de desclassificação simples omissões ou irregularidades na proposta, desde que sejam irrelevantes para o procedimento da licitação, que não causem prejuízo para o Município e que não firam os direitos das demais licitantes.

6.7 A participação na licitação, através da apresentação de envelope com proposta, implicará na aceitação plena e irrevogável das normas e especificações que a ordenam, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas em lei.

6.8 A inobservância de qualquer das condições constantes do presente edital importará em desclassificação da proposta, podendo, contudo, a Comissão Permanente de Licitação, no interesse do Município, relevar omissões puramente formais, desde que sanáveis no prazo que vier a ser fixado pela Comissão.

6.9 O resultado do julgamento indicando a licitante vencedora, será divulgado conforme o previsto na Lei nº 8.666/93, cabendo recurso na forma prevista no mesmo diploma legal.

CAPÍTULO VII - PRAZOS E CONDIÇÕES

7.1 Prazo para Escrituração: ATÉ 60 DIAS CONTADOS DA INTIMAÇÃO, MOMENTO EM QUE A ÁREA DEVERÁ ESTAR DESMEMBRADA JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, BEM COMO, NO TOCANTE A INCRA E ITR E/OU IPTU, devendo para tanto, o(a)s proprietário(a)s apresentarem de forma atualizada:

- a - Certidão Imobiliária de propriedade com negativas de ônus e ações reipersecutórias, atualizada, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas/SC, relacionada a Matrícula Imobiliária, em nome do proponente, devidamente desmembrada e com confrontações próprias, para fins de Escritura Pública;
- b - Certidões Negativas dos órgãos Ambiental Federal, Estadual e Municipal, relacionadas ao imóvel e seus proprietários, para fins de Escritura Pública;
- c - Certidão Negativa relacionado ao Imposto Territorial Rural (ITR), para fins de Escritura Pública (se imóvel rural);
- d - CCIR – INCRA atualizado do imóvel ofertado, para fins de Escritura Pública (se imóvel rural).
- e - Certidão negativa referente ao IPTU (se imóvel urbano);

7.2 A inadimplência dos OUTORGANTES VENDEDORES, no tocante a recusa quanto a outorga da Escritura Pública definitiva, dará lugar a busca da adjudicação compulsória do imóvel na forma da lei, direito este a ser exercido pelo COMPRADORE/MUNICÍPIO.

7.3 O não atendimento do previsto acima facultará ao Município convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para serem habilitados em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado ou então revogar a licitação.

7.4 Constam na MINUTA de Escritura, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes.

7.5 A Escritura regular-se-á por suas cláusulas e partes integrantes, conforme disposto neste Edital e pelas demais normas da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

7.6 O presente Edital, inclusive seus anexos, integrará a Escritura que vier a ser firmado com a proponente vencedora da licitação.

7.7 O Município reserva-se no direito de recusar todo e qualquer situação que não atenda às especificações exigidas, ou que sejam considerados inadequados por sua fiscalização.

7.8 A fiscalização do Município, não eximirá a contratada das responsabilidades em razão de danos que vier a causar ao Município e/ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus prepostos na execução do contrato, independentemente da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

7.9. Na execução da Aquisição/Venda, o(a)s contratado(a)s obriga(m)-se a cumprir todas as obrigações constantes do contrato,



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

que faz parte do presente edital, bem como aceitar todas as condições ali previstas.

CAPÍTULO VIII - RECURSOS

8.1 Dos atos praticados pela Administração no curso do procedimento licitatório caberá recurso nos termos do que dispõe o art. 109 da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2 Somente será admitida interposição de recurso através de documento firmado pelo representante do interessado com poderes para tanto, ou bastante procurador, podendo ser apresentado por sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, devendo os originais ser entregues até cinco dias da data de recepção do material.

CAPÍTULO IX - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1 As despesas para a aquisição do objeto licitado correrão por conta de dotações específicas do Município de Catanduvas para o exercício de 2016.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A apresentação dos envelopes por parte do licitante interessado implica a total concordância com as condições do edital de licitação, exceto quanto à(s) cláusula(s) tempestivamente impugnada(s) com decisão administrativa ainda não transitada em julgado.

10.2 Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste ato convocatório e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

10.3 É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais às licitantes.

10.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente licitação.

10.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

10.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão de Licitações em contrário;

10.7 O Poder Executivo reserva o direito de aceitar a proposta mais vantajosa para administração pública, ou ainda revogar ou anular a licitação, sem que caiba aos licitantes o direito de reclamação ou indenização.

10.8 Fazem parte deste Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II - Minuta de Escritura Pública de Compra e Venda;
- c) Anexo III – Modelo de Termo de Credenciamento;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- e) Anexo V – Comprovante de Retirada do Edital;

Catanduvas (SC), 09 de junho de 2016.

Gisa Aparecida Giacomin
Prefeita

Juliane Perotoni
Assessora Jurídica



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto sintético

Aquisição de imóvel (terreno) na ÁREA URBANA do município de Catanduvas, conforme Lei nº 2.530, de 17 de Maio de 2016.

2. Descrição das necessidades

O imóvel a ser adquirido de que trata o presente processo licitatório, deverá ser na extensão de até 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), será utilizada para moradia de interesse social, o qual a renda *per capita* familiar não poderá ser superior a 02 (dois) salários mínimos (Art 3º Lei N. 2.530 – 17/05/2016), com as seguintes características essenciais:

Item	Especificações	UN	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	TERRENO COM AREA DE NO MINIMO 30.000,00 m ² QUE DEVERÁ ESTAR LOCALIZADO PERIMETRO URBANO OU DE ABRANGÊNCIA URBANA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, PROVA REDES DE ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, LONGE DE BANHADOS E NASCENTES. O MUNICÍPIO ARCARÁ COM TODAS AS DESPESAS NO CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS (Conforme Art. 1º da Lei municipal nº 2.530/2016)	UN	1	186.000,00	186.000,00
Valor Total:					186.000,00

2.1 Para efeitos de elaboração da proposta, os itens deverão ser apresentados conforme modelo da tabela abaixo:

Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

3. Prazo para Escrituração

3.1 ATÉ 60 DIAS CONTADOS DA INTIMAÇÃO, MOMENTO EM QUE A ÁREA DEVERÁ ESTAR DESMEMBRADA JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, BEM COMO, NO TOCANTE A INCRA E ITR e/ou IPTU.

4. Local de Escrituração

Tabelionato de Catanduvas/SC

5 Condições de Pagamento

5.1 O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento até o 12º dia do mês subsequente ao registro imobiliário, e conforme disponibilidade de recursos, observada a ordem cronológica dos pagamentos nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011.

5.2 Não será aceito boleto e todas as notas fiscais devem conter o nome do Banco, a Agência e o numero da conta para depósito.

5.3 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

5.4 Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5.5. Custo Total Estimado para a aquisição, que deverá servir de limitador nos autos da Licitação:
R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil)

Catanduvas/SC, _____-2016.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016

ANEXO II - MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

Escritura Pública celebrada entre o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, 89670-000, Catanduvas, SC neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Gisa Aparecida Giacomini, e, doravante denominado OUTORGANTE VENDEDOR, para a execução do objeto descrito na presente escritura de compra e venda.

Cláusula Primeira - Do Objeto

A presente Escritura tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do Processo Licitatório nº/2016, Concorrência nº/2016, regendo-se pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, e Lei municipal nº 2.530, de 17 de Maio de 2016, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Segunda: O OUTORGANTE VENDEDOR é senhor e legítimo possuidor e proprietário do seguinte imóvel urbano com as seguintes características:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cláusula Terceira: Através do presente instrumento particular e na melhor forma de Direito, o OUTORGANTE VENDEDOR promete vender ao MUNICÍPIO, e este adquirir dos primeiros, uma ÁREA DE TERRAS com superfície de 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), descrito na cláusula primeira supra, pelo preço e de conformidade com as cláusulas e condições adiante estabelecidas.

Cláusula Quarta: O preço certo e ajustado para a presente Promessa de compra e venda, é de R\$ xxxxxxxx (-----reais), a ser pago pelo MUNICÍPIO ao OUTORGANTE VENDEDOR da forma a seguir descrita:

R\$ ----- (-----mil reais), pagos pelo MUNICÍPIO em moeda corrente no ato de registro imobiliário, sobre os quais o OUTORGANTE VENDEDOR dá quitação de forma irrevogável e irretratável;

Parágrafo único: Não haverá reajustamento de preços.

Cláusula Quinta: A posse do referido imóvel é desde logo transmitida pelo OUTORGANTE VENDEDOR ao MUNICÍPIO, neste ato, nessa posse permanecendo enquanto cumprir com as suas obrigações contratuais, lavradas neste instrumento público.

Cláusula Sexta: O OUTORGANTE VENDEDOR outorga e assina em nome do MUNICÍPIO, a transferência definitiva do imóvel urbano ora negociado, através de Escritura Pública de Compra e Venda.

Cláusula Sétima: A partir da data de assinatura do presente instrumento, correrão por conta exclusiva do MUNICÍPIO, todos os impostos, taxas, ou contribuições fiscais de qualquer natureza, multas a partir desta data, incidentes sobre o imóvel objeto deste instrumento, e por este deverão ser pagos nas épocas próprias e repartições competentes, ainda que lançados em nome do OUTORGANTE VENDEDOR ou de terceiros, assim como serão, desde já de sua inteira responsabilidade as despesas com o registro desde instrumento no Cartório de Registro de Imóveis, bem como, com a transferência definitiva da compra e venda do imóvel, imposto de transmissão, emolumentos notariais, taxas cartorárias, e outros de qualquer natureza e decorrentes desta transação.

Cláusula Oitava: O presente instrumento é celebrado sob a condição expressa de sua irrevogabilidade e irretratabilidade.

Cláusula Nona: Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

Cláusula Décima: O OUTORGANTE VENDEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira - Este contrato poderá ser rescindido:

- por ato unilateral do MUNICÍPIO;
- amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



Estado de Santa Catarina

Município de Catanduvas

e
c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.1 Em caso de rescisão, o MUNICÍPIO terá direito a receber o pagamento correspondente ao pagamento e as despesas efetuadas.

Cláusula Décima Segunda – O OUTORGANTE VENDEDOR sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) multas sobre o valor total atualizado da escritura no valor de:
 - 50 % nos casos de inexecução total ou execução imperfeita dos serviços;
 - 25 % nos casos de execução parcial ou em desacordo com as especificações a serem seguidas;
 - 10 % por descumprimento de cláusula contratual ou descumprimento de norma de legislação pertinente;
 - 5 % ao dia em caso de atraso por não solução de irregularidades de que tenha sido advertida.
- c) suspensão do direito de contratar com o Município, de acordo com a seguinte graduação:
 - 6 meses pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - 1 ano pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 2 anos pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvado o direito de defesa.
- e) indenização integral dos bens que sofrerem avarias em valores a serem arbitrados de forma extrajudicial ou judicial.

Cláusula Décima Terceira - Fica o Senhor Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas/SC autorizado, mediante provocação de qualquer das partes contratantes, a promover o registro do presente instrumento, na forma hábil.

Cláusula Décima Quarta: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorrem deste instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Catanduvas/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Catanduvas, SC, ... de de 2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

**NOME LEGÍVEL E CARIMBO DO
RESPONSÁVEL
OUTORGANTE VENDEDOR**

Nome:
C.I.

Nome:
C.I.

Juliane Perotoni
Assessora Jurídica
OAB/SC nº 33.765



Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 0002/2016**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**).

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 0002/2016

ANEXO V

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar para o e-mail: licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0064/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 0002/2016

Denominação:

CNPJ n°:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

e-mail :

Obtivemos através do acesso a página [http:// www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao setor de Licitações. Através do e-mail acima identificado, ou no endereço constante no preâmbulo do edital.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

Local, _____ de _____ de 2016.